

# Manter o curso, sem vacilação

NA RESPOSTA que o Presidente José Sarney deu ao pedido de demissão do Ministro Dilson Funaro, tornada imediatamente pública, vai um recado evidente aos políticos, especialmente aos que formam o esquema de sustentação do atual Governo: não faz sentido — nem fé — ser ferrenho opositor da política econômico-financeira em curso e derramar-se simultaneamente em protestos de solidariedade ao Presidente da República.

A REAÇÃO DE Sarney ultrapassou os limites de uma confiança meramente pessoal: se o Presidente conta com os serviços do Ministro Funaro pelo tempo que ainda tiver de mandato, é porque a política econômica iniciada com o Cruzado I e acentuada pelo Cruzado II é parte essencial de seu projeto de governo.

ATÉ AGORA, a opinião pública mostrou compreender os objetivos desse projeto, muitas vezes com maior acuidade do que a classe política. Ontem, em Brasília, no entanto, pareceu romper-se, durante algumas horas, esse vínculo essencial entre a política de recuperação da economia e os seus principais beneficiados. Viram-se cenas de desordem inadmissíveis, chegando à destruição de viaturas militares, e era inevitável — por mais que lamentável — a energia empregada na repressão à passeata transformada em tumulto.

NÃO PODEM as autoridades da área econômica verem, nesse episódio de caos programado, a verdadeira resposta do povo às medidas tomadas. O vínculo entre a opinião pública e o Plano Cruzado permanece embora abalado pela ação dos oportunistas e pela inação daqueles que, na classe política, não tiveram a sensibilidade ou a coragem de colocarem o inte-

resse público acima de seus anseios de popularidade.

HOUVE CERTAMENTE erros no lançamento do Cruzado II e, informalmente, o Governo já teve a humildade de reconhecê-los: erros provenientes da precipitação com que foram preparados e apresentados os decretos-leis pertinentes; e falhas lamentáveis no acionamento do esquema de comunicação com o público, indispensável a uma administração aberta e ao próprio exercício democrático do poder.

ESSES ERROS de forma, porém, jamais poderiam ter suscitado o concerto de protestos que se armou, fortemente condicionado pelo imediato, ou seja, pelos resultados das eleições de 15 de novembro. Por isso, o saldo das críticas foi pouco mais do que oportunismo e emocionalidade cutânea, tão ao largo ficaram elas do conteúdo e dos objetivos das medidas tomadas: de tanto olhar a árvore, elas deixaram de ver a floresta. Pior ainda, arriscaram-se a comprometer o grande público com esse desatino.

NO FUNDAMENTAL, os ajustes de agora são plenamente coerentes com a política inaugurada em fevereiro. Em fevereiro, buscou-se uma recomposição estável do poder de compra dos salários; e agora, procura-se resguardá-los da inflação, a minar implacavelmente tal poder. Em fevereiro, recorreu-se ao remédio heróico do congelamento, para se obter um equilíbrio entre oferta e demanda; e agora, inibe-se a demanda, que a oferta acabou não tendo como acompanhar, tal a violência com que aquela tinha sido reprimida anteriormente.

ACRESCENTE-SE a inadiável necessidade de contenção do déficit público e da realimentação do saldo na balan-

ça comercial, condições ambas de uma renegociação honrosa da dívida externa e tem-se o quadro completo do Programa de Estabilização, sem disfarce e sem retoque. Ora, se a demanda interna estava repercutindo negativamente sobre a balança comercial — a ponto de forçar a importação de itens absolutamente corriqueiros, como tampinhas metálicas de garrafas — e se esta é vital para a formação de reservas cambiais, sem as quais decairíamos do status de negociadores para a condição de pedintes, o que importava fazer agora, às vésperas de mais uma rodada de negociações?

NA VERDADE, mesmo que não existisse as razões da coerência e do acerto para justificá-la plenamente, a permanência de Dilson Funaro no Ministério impõe-se também pela iminência de novo diálogo sobre a dívida externa. Não é hora de mexer no time — até mesmo porque, naquilo que é essencial e duradouro, este é um time que está ganhando.

PORQUE nossos problemas são problemas solidários, no espaço e no tempo brasileiros, não se pode fazer do drama do Plano Cruzado o drama do Ministro Funaro. A atual equipe econômica não é uma concentração de iluminados, nem um colégio de mandarins. Mas, a seu favor e fazendo jus a nosso apoio, milita o fato novo da franqueza e modo direto com que expõem suas intenções e da serenidade com que acolhem críticas e absorvem pressões. Essa retidão é ganho de todos, das instituições inclusive; ganho muito superior a perdas que são acidentes de percurso. Por causa de acidentes, ninguém quere sacrificar o substancial já conquistado; antes, para consolidá-lo, importa é manter o curso.